

Gerenciamento de Riscos

PILAR 3

3º Trimestre 2018

Versão:1

1.	Gestão de Riscos.....	4
1.1	- Introdução	4
1.2	- Gerenciamento de Riscos	4
1.3	- Mapa de Riscos.....	5
1.4	- Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos	6
1.5	- Políticas de Gerenciamento de Riscos	8
2.	Risco de Crédito.....	9
2.1	- Funções da área de Risco de Crédito	10
2.2	- Manuais e Políticas	10
2.3	- Controle dos Limites de Crédito.....	11
2.4	- Mitigação do Risco de Crédito	11
2.5	- Provisões para Devedores Duvidosos.....	11
2.6	- Evolução da Carteira de Crédito	12
3.	Risco de Mercado	20
3.1	- Gerenciamento de Risco de Mercado	20
3.2	- Estrutura de Gestão de Risco de Mercado.....	21
3.3	- Política de Hedge.....	23
4.	Risco de Liquidez	24
4.1	- Política de Liquidez	24
4.2	- Controle de Liquidez	24
5.	Risco Operacional	25
5.1	- Metodologia para Gestão de Risco Operacional	26

5.2	- Mensuração do Risco Operacional.....	26
5.3	- Controle e Acompanhamento	26
5.4	- Estrutura de Risco Operacional	27
5.5	- Divulgação	27
5.6	- Base de Perdas de Risco Operacional	27
6.	Continuidade de Negócios.....	29
6.1	- Normativo.....	29
6.2	- Metodologia.....	29
7.	Risco Socioambiental	31
7.1	- Estrutura do Risco Socioambiental	31
7.2	- Política e Normativo de Risco Socioambiental	31
7.3	- Metodologia.....	32
7.4	- Divulgação	33
8.	Gerenciamento de Capital.....	34
9.	Adequação do Patrimônio de Referência - PR	35
9.1	– Detalhamento do Patrimônio de Referência - PR	36
9.2	– Razão de Alavancagem	38
10.	Informações Patrimoniais	40
10.1	– Balanços Patrimoniais (Valores em milhares).....	40
10.3	- Participações em controladas - no País.....	42
10.4	– Breve descrição das Instituições Participantes	43
10.5	- Política Contábil das Participações Societárias.....	43
10.6	– Instituições Consolidadas no Conglomerado Prudencial	43
11.	Anexos.....	44

1. Gestão de Riscos

1.1 - Introdução

O Banco Triângulo acredita que o gerenciamento de riscos é imprescindível para a estabilidade das instituições financeiras e a transparência na divulgação de informações contribui para a solidez do sistema financeiro nacional e da sociedade em geral.

Sendo assim, o presente documento apresenta as informações referentes ao gerenciamento de riscos da Instituição, apresentando as práticas de gerenciamento e controle integrado dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta.

Este relatório atende ainda as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia do Pilar 3 e também as determinações do Banco Central do Brasil.

A partir da data base de março/2015, este relatório passou a conter as informações referentes ao Conglomerado Prudencial, conforme estabelecido no parágrafo 4º, artigo 19 da circular no 3.678/2013. A leitura deste documento deve ser realizada juntamente com as demais informações financeiras divulgadas pela Instituição, localizadas no Site do Banco Triângulo www.tribanco.com.br.

1.2 - Gerenciamento Integrado de Riscos

O escopo do gerenciamento de riscos do Banco Triângulo alcança ampla visão, permitindo que os riscos inerentes a Instituição como um todo sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado de suas atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos. Outro objetivo desta gestão é a atualização constante dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

A Instituição tem o controle integrado dos riscos e preserva e valoriza o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam identificados, avaliados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, como se faz necessário em face dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição, sendo constituído pelas seguintes etapas:

- ▲ **Identificação** - Consiste em identificar os riscos inerentes aos processos e atividades;
- ▲ **Avaliação** - Consiste na avaliação do nível de exposição ao risco que a Instituição está inserida;
- ▲ **Mensuração** - Consiste em quantificar as perdas presumidas e efetivas;
- ▲ **Mitigação** - Representa as medidas para redução dos riscos por meio da adoção de ações e/ou controles que minimizem o impacto no caso de ocorrência;
- ▲ **Monitoramento** - Acompanhamento do comportamento dos riscos, respeitando as políticas e limites definidos. Abrange também a verificação da efetividade dos controles internos e do correto desenho dos processos e suas atualizações; e
- ▲ **Divulgação** - Contempla todas as ações voltadas à divulgação de informações sobre os riscos e controles, efetuadas tempestivamente, permeando todas as esferas da Instituição.

1.3 - Mapa de Riscos

O Banco Triângulo diante dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado está exposto a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Diante disso, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante de todos os riscos de forma a dar segurança e conforto a todos os interessados. Dentre os principais riscos inerentes à atividade bancária, destacamos:

Riscos Financeiros

- ▲ **Risco de Crédito**
- ▲ **Risco de Mercado**
- ▲ **Risco de Liquidez**

Riscos Não Financeiros

- ▲ **Risco Operacional**
- ▲ **Risco Socioambiental**

1.4 - Estrutura Organizacional de Gestão de Riscos

A gestão é realizada de forma contínua e se baseia em políticas, estratégias, ferramentas e metodologias adequadamente documentadas, garantindo o gerenciamento e a mensuração dos riscos, em consonância com os objetivos, normas e níveis de exposição estabelecidos pelo Banco Triângulo.

Visando a fortalecer a estrutura de governança na gestão integrada de riscos, bem como adequação nos princípios estabelecidos na Resolução 4.557/17, encontra-se em processo de aprovação junto ao Banco Central do Brasil a nomeação do diretor responsável pela Diretoria específica de Gestão de Riscos.

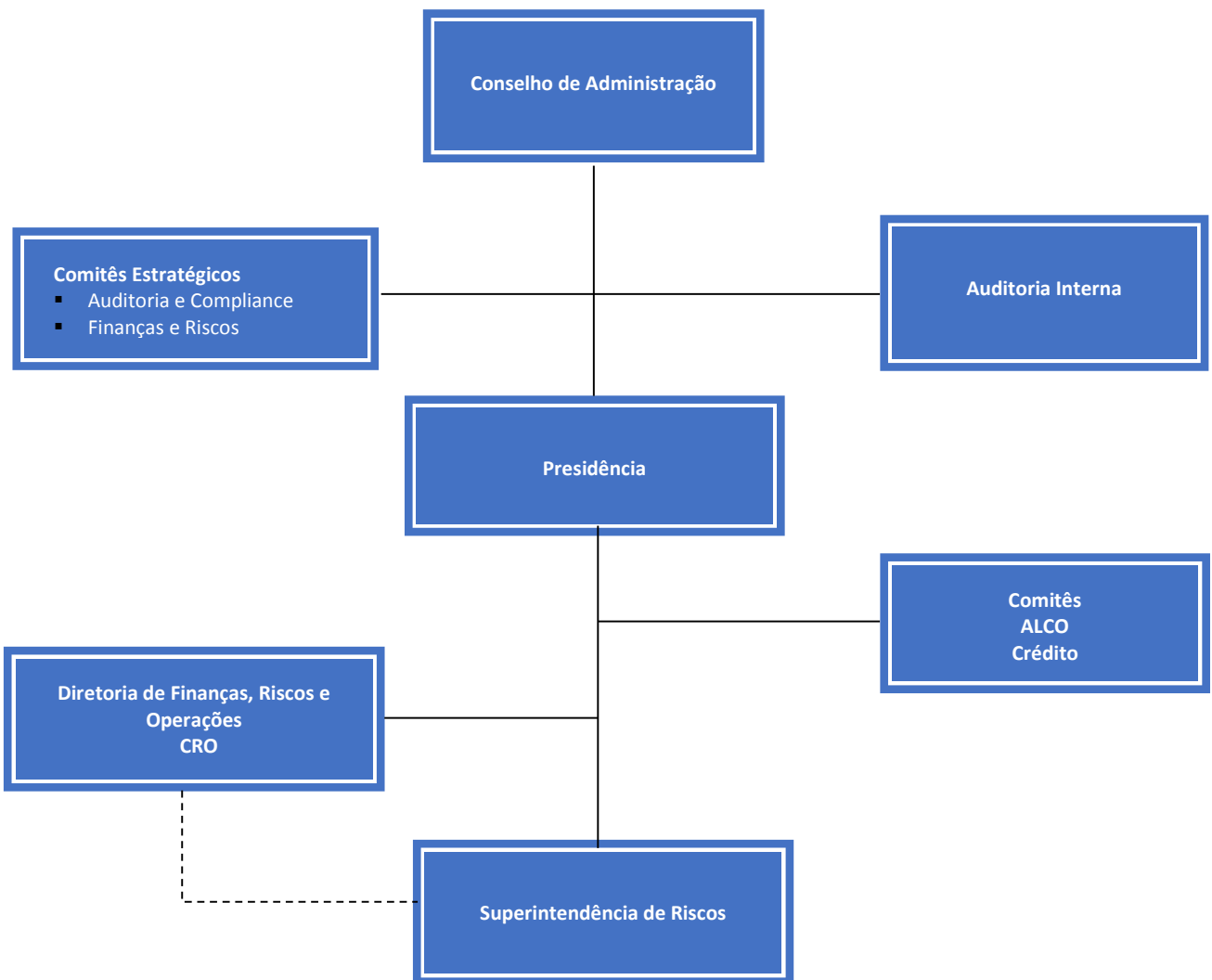


Fig.1- Estrutura Gestão de Riscos da Instituição

Conforme estrutura organizacional encontram-se instituídos os Comitês:

Comitê de Riscos e Finanças: Discutir, propor ajustes e monitorar a estratégia de "funding" e liquidez do banco, através de: projeção de alavancagem e volumes necessários; alternativas de captação e respectivos custos; monitoramento dos diversos relacionamentos com o mercado (Visão "SIM"); monitoramento do "rating"; acompanhamento dos resultados financeiros, do orçamento e respectivos indicadores, amparados em "benchmarking", projetos internos e tendências do mercado; monitoramento dos limites instituídos pelo Conselho de Administração, inerentes a risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito e grau de alavancagem; acompanhamento da gestão dos riscos inerentes à questão do Banco de forma consolidada, considerando no mínimo os Riscos de: Crédito, Mercado e Liquidez, Operacional, Imagem, Reputação e Legal.

Comitê de Auditoria e Compliance: Supervisão dos trabalhos das empresas de Auditoria Externa, da Auditoria Interna, Compliance e da Ouvidoria, de forma a avaliar a sua efetividade e verificar o cumprimento da legislação, regulamentação e normas vigentes; estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações sobre erros ou fraudes relevantes referentes à Contabilidade, Auditoria, Compliance e Controles Internos, bem como sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de normas internas, prevendo procedimentos específicos para proteção do informante, tais como seu anonimato e confidencialidade da informação, dentre outras.

O Banco Triângulo não está obrigado a constituir esse Comitê, porém, é entendimento da Alta Administração que o Comitê possa manter a Instituição no mais alto nível de Governança Corporativa.

Comitê ALCO: Responsável pela gestão de ativos e passivos e por acompanhar e avaliar os riscos de desequilíbrio entre a alocação dos ativos e as fontes de recursos da Instituição. Considerando sua estrutura de capital, analisa e determina limites de "descasamento" entre prazos e moedas, exposição a fatores de risco de mercado e reservas mínimas de moedas e política de captação e aplicação de recursos. Recomenda ao Comitê de Finanças e Riscos as políticas e propõe um nível mínimo de liquidez e os limites operacionais relativos à gestão de risco de mercado.

Comitê de Crédito: Responsável por analisar as propostas de Crédito, observando sua adequação à Política de Crédito e à Política Socioambiental vigente à época da operação; as garantias propostas para concessão do crédito; o relatório apresentado pela Diretoria de Crédito acerca do balanço patrimonial, da demonstração de resultados, do fluxo de caixa, da estrutura societária, dentre outras informações públicas ou disponibilizadas pelo cliente.

1.5 - Políticas de Gerenciamento de Riscos

Em conformidade com os princípios estabelecidos na Resolução 4.557 publicada pelo Banco Central em 23 de fevereiro de 2017, o Tribanco dispõe de política aprovada, normas e procedimentos para realizar a gestão integrada de riscos.

Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressos pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da organização.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que o Banco Triângulo tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

A política de gestão integrada de riscos do Banco Triângulo estão alinhadas aos objetivos estratégicos da Organização, às melhores práticas e em conformidade com normativos estabelecidos por órgãos supervisores, sendo revisadas e atualizadas regularmente de forma a refletir as mudanças do mercado, produtos e regulamentações.

A Política contempla os riscos descritos a seguir:

- ▲ Risco de Crédito;
- ▲ Risco de Mercado;
- ▲ Risco de Liquidez;
- ▲ Risco Operacional;
- ▲ Risco Socioambiental; e
- ▲ Gestão de Capital.

2. Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas à incapacidade de cumprimento do tomador em relação ao pagamento de suas obrigações financeiras contraídas, de acordo com os prazos e condições contratuais pré-estabelecidas, à queda nos ganhos, a custos de recuperação e à desvalorização das bases do contrato de crédito.

A instituição adota políticas conservadoras como a principal diretriz na concessão de crédito. As políticas, os modelos de decisão e os processos de aprovação são baseados de acordo com os seguintes fatores internos: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, rentabilidade e constante avaliação estatística de perdas históricas; e também fatores externos: inadimplência do mercado, taxa de juros e demanda. Cabe a área de Risco de Crédito criar e revisar as políticas de crédito, assim como testar a aplicação destas, sendo totalmente segregada das áreas de negócio e concessão.

As análises das operações de crédito Pessoa Jurídica são focadas na avaliação da capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados às operações e ao segmento de atuação. Também é considerado o nível de relacionamento e o histórico das operações com o grupo controlador. Adicionalmente, no segmento Varejo (PF e PJ) adota-se a modelagem com base em redes neurais, associada as regras internas (estes modelos têm os seus desempenhos constantemente testados).

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implantada em novembro 2010, a partir da segregação das funções da área de concessão de crédito, evoluindo como processo contínuo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, com controle nas análises das operações, preservando a independência e integridade dos processos. Em 2011, diante deste contínuo crescimento da área, houve a implementação de um sistema para gerenciamento do risco de crédito, em que foram desenvolvidas novas ferramentas de gestão que também nos possibilitam antecipar problemas futuros, como por exemplo, a simulação de um cenário de stress da carteira de crédito da instituição. Ao longo de 2012 foram implantadas novas ferramentas de prevenção à fraude, para mitigar o risco de crédito, além da atualização dos modelos de “Credit Score” e “Behaviour Score” das carteiras de Cartões de Crédito e Segmento Varejo de Pessoa Jurídica face às mudanças no cenário econômico Brasileiro.

Estes sistemas permitem que avaliemos de forma completa e consolidada o risco de crédito inerente a cada cliente e em cada um dos segmentos de atuação. Com isso, a área de Risco de Crédito consegue monitorar a qualidade do portfólio, reportando possíveis dificuldades que possam impactar o resultado. Esta análise do portfólio traz uma visão analítica por tipo de produto, segmento, setor econômico, região geográfica e concentração da carteira.

2.1 - Funções da área de Risco de Crédito

- ▲ Implantação, atualização e acompanhamento dos modelos estatísticos de avaliação de risco, que compõem o “Credit Score”, a fim de aprimorar modelos/processos e parâmetros de concessão do crédito massificado;
- ▲ Criação e acompanhamento dos indicadores de inadimplência e posterior apresentação destes números mensalmente para o Comitê de Finanças e Riscos, como também ao Conselho de Administração;
- ▲ Definir políticas e estratégias claramente documentadas, que estabeleçam os limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Administração da Instituição;
- ▲ Realizar estudos quantitativos/estatísticos das bases de crédito e cobrança, propondo a implementação de ações a partir dos resultados obtidos;
- ▲ Identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito no âmbito de portfólio; e
- ▲ Elaborar diretrizes de controle e mitigação do risco de crédito.

2.2 - Manuais e Políticas

A área de Risco de Crédito elabora suas políticas em fatores internos como: experiência de pagamento dos clientes junto ao grupo controlador, inadimplência do cliente junto a Instituição Financeira, e em externos como: bureaus de informações, inadimplência, ambiente macroeconômico, taxas, etc. Periodicamente são realizados testes para verificação da aderência em relação às políticas de crédito utilizadas nos segmentos de pessoa jurídica.

Desta forma, cada modalidade/operação de crédito tem a sua norma ou política específica para atuação, podendo ser revista de acordo com as condições do mercado ou pelo apetite de risco assumido pela Instituição em determinado exercício. Quaisquer alterações ou atualizações das Políticas de Crédito utilizadas nos segmentos de pessoa jurídica devem ter aprovação prévia da Diretoria, Comitê de Finanças e Risco e do Conselho de Administração. Os procedimentos, manuais, políticas e metodologias são documentados e revisados constantemente. Também é atribuição da área a elaboração de manuais e procedimentos para a recuperação de créditos.

Qualquer exceção à política deve estar documentada e necessita ser tratada de forma adequada pelas alçadas competentes.

2.3 - Controle dos Limites de Crédito

Os limites são monitorados diariamente, com reporte para as áreas de Concessão de Crédito, Presidência e Comitê de Finanças e Riscos em periodicidade mensal.

2.4 - Mitigação do Risco de Crédito

A área de Risco de Crédito trabalha segregada de quaisquer outros setores da Instituição, sendo assim possui diversos procedimentos para verificar, controlar e mitigar o risco de crédito. Existem ferramentas que trazem a noção exata ao risco de crédito através de relatórios sobre os segmentos de atuação, produtos, atrasos, rating cliente e operação. A instituição estabelece níveis de concentração de riscos como mitigador e que são monitorados constantemente, desta forma a área de Risco de Crédito também reporta mensalmente estas exposições para o Comitê de Finanças e Riscos e para o Conselho de Administração.

No segmento de Varejo (PF e PJ) o Rating Cliente é atribuído de acordo com o método estatístico que combina diversas variáveis internas e externas. No Segmento Indústria o Rating Cliente é atribuído de acordo com matrizes de definição julgamental (Middle) ou pelo método Camel (Corporate). Abaixo segue a representação dos modelos com a divisão entre os segmentos de atuação:

	Varejo		Indústria
	PF	PJ	
Modelo de Classificação	Modelo estatístico (credit scoring)	- Modelo estatístico (credit scoring) - Análise Econômico Financeira	Análise econômico-financeira e/ou julgamental/quantitativa

2.5 - Provisões para Devedores Duvidosos

A Instituição, com o intuito de se proteger de perdas relacionadas à concessão de crédito, observa a classificação do cliente, a classificação da operação e a probabilidade de inadimplência relacionada com cada um dos clientes.

O Banco Triângulo constitui uma provisão adicional à requerida pelo Bacen, através de um modelo de perda esperada definido e administrado pela área de Risco de Crédito.

2.6 - Evolução da Carteira de Crédito

As informações apresentadas nas tabelas abaixo permitem a análise da carteira de crédito e o seu comportamento sob diversas óticas, com características de concessão de crédito segregadas por região geográfica, por setor econômico e por tipo de produto, prazo a decorrer das operações, concentração da carteira de crédito nos maiores devedores, além do montante das operações em atraso e o montante das provisões.

2.6.1 Total das exposições e valor médio das exposições:

Total das Exposições e valor médio das exposições								
Data-base	PF Cartão de Crédito	PJ Cartão de Crédito	PJ Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	PJ Importação e Exportação	PJ Investimento	PJ Outros	Total das exposições	Média das exposições (em reais)
em milhares de reais								em reais
set/18	461.132	101.256	916.297	23.416	472	268.880	1.771.454	860
jun/18	450.956	82.086	886.050	18.951	519	252.147	1.690.709	875
mar/18	430.981	65.312	927.787	5.747	648	267.777	1.698.252	881
dez/17	411.262	53.536	965.096	7.500	776	266.753	1.704.922	939
set/17	393.826	33.347	821.922	9.319	902	230.521	1.489.839	844

2.6.2 Exposição dos maiores clientes em relação ao total das operações:

Percentual das Exposições dos Maiores Clientes em Relação ao Total das Operações										
	set-18		jun-18		mar-18		dez-17		set-17	
	R\$ mil									
10 maiores	65.713	3,7%	69.005	4,1%	70.133	4,1%	75.574	4,4%	82.740	5,6%
50 maiores (seguintes)	170.132	9,6%	173.441	10,3%	180.044	10,6%	187.262	11,0%	175.938	11,8%
100 maiores (seguintes)	166.679	9,4%	169.333	10,0%	168.981	10,0%	163.144	9,6%	138.581	9,3%
Demais	1.368.930	77,3%	1.278.929	75,6%	1.279.094	75,3%	1.278.942	75,0%	1.092.580	73,3%
Total	1.771.454		1.690.709		1.698.252		1.704.922		1.489.839	

2.6.3 Operações com características de concessão de crédito - Por Regiões Geográficas

Carteira por regiões geográficas							
set/18							R\$mil
PRODUTO	SUDESTE	NORDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	SUL	TOTAL	
Pessoa Física - cartão de crédito	307.097	71.920	38.625	15.529	27.961	461.132	
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	75.604	14.403	3.859	3.356	4.035	101.256	
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	359.833	177.054	137.635	131.819	109.955	916.297	
Pessoa Jurídica - importação e exportação	16.876	0	0	0	6.540	23.416	
Pessoa Jurídica - investimento	472	0	0	0	0	472	
Pessoa Jurídica - outros	151.739	36.250	20.888	34.843	25.160	268.880	
Total Geral	911.621	299.627	201.006	185.547	173.652	1.771.454	
jun/18							R\$mil
PRODUTO	SUDESTE	NORDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	SUL	TOTAL	
Pessoa Física - cartão de crédito	277.967	81.129	42.911	17.324	31.625	450.956	
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	58.681	12.514	3.861	3.139	3.892	82.086	
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	359.571	170.204	125.723	121.621	108.931	886.050	
Pessoa Jurídica - importação e exportação	18.951	0	0	0	0	18.951	
Pessoa Jurídica - investimento	519	0	0	0	0	519	
Pessoa Jurídica - outros	123.730	40.561	23.487	32.686	31.684	252.147	
Total Geral	839.419	304.408	195.982	174.769	176.131	1.690.709	
mar/18							R\$mil
PRODUTO	SUDESTE	NORDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	SUL	TOTAL	
Pessoa Física - cartão de crédito	236.795	91.503	47.641	19.082	35.960	430.981	
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	44.109	11.399	3.580	2.802	3.422	65.312	
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	392.287	173.127	128.681	122.886	110.807	927.787	
Pessoa Jurídica - importação e exportação	5.747	0	0	0	0	5.747	
Pessoa Jurídica - investimento	648	0	0	0	0	648	
Pessoa Jurídica - outros	120.974	45.689	25.011	39.272	36.831	267.777	
Total Geral	800.560	321.718	204.913	184.042	187.020	1.698.252	
dez/17							R\$mil
PRODUTO	SUDESTE	NORDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	SUL	TOTAL	
Pessoa Física - cartão de crédito	200.052	100.026	52.020	20.413	38.751	411.262	
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	31.480	11.725	3.523	3.371	3.436	53.536	
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	427.563	180.081	123.818	120.245	113.390	965.096	
Pessoa Jurídica - importação e exportação	7.500	0	0	0	0	7.500	
Pessoa Jurídica - investimento	776	0	0	0	0	776	
Pessoa Jurídica - outros	118.973	48.603	27.105	32.350	39.722	266.753	
Total Geral	786.344	340.435	206.466	176.379	195.298	1.704.922	
set/17							R\$mil
PRODUTO	SUDESTE	NORDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	SUL	TOTAL	
Pessoa Física - cartão de crédito	165.007	108.066	56.006	22.702	42.045	393.826	
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	15.614	9.411	3.017	2.948	2.358	33.347	
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	370.378	157.556	97.409	92.612	103.967	821.922	
Pessoa Jurídica - importação e exportação	9.319	0	0	0	0	9.319	
Pessoa Jurídica - investimento	902	0	0	0	0	902	
Pessoa Jurídica - outros	99.774	41.927	27.518	29.545	31.757	230.521	
Total Geral	660.995	316.960	183.950	147.808	180.127	1.489.839	

2.6.4 Operações com características de concessão de crédito - Por Setor Econômico:

Carteira de Crédito por Setor Econômico				
set/18	R\$mil			
PRODUTO	COMERCIO	PESSOA FÍSICA	INDÚSTRIA	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	1	461.132	0	461.132
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	101.256	0	0	101.256
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	873.305	0	42.992	916.297
Pessoa Jurídica - importação e exportação	0	0	23.416	23.416
Pessoa Jurídica - investimento	472	0	0	472
Pessoa Jurídica - outros	212.614	0	56.266	268.880
Total Geral	1.187.648	461.132	122.674	1.771.454
jun/18	R\$mil			
PRODUTO	COMERCIO	PESSOA FÍSICA	INDÚSTRIA	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	0	450.956	0	450.956
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	82.086	0	0	82.086
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	837.116	0	48.934	886.050
Pessoa Jurídica - importação e exportação	0	0	18.951	18.951
Pessoa Jurídica - investimento	519	0	0	519
Pessoa Jurídica - outros	249.605	0	2.542	252.147
Total Geral	1.169.326	450.956	70.426	1.690.709
mar/18	R\$mil			
PRODUTO	COMERCIO	PESSOA FÍSICA	INDÚSTRIA	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	0	430.981	0	411.262
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	65.312	0	0	53.536
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	854.160	0	73.627	965.096
Pessoa Jurídica - importação e exportação	0	0	5.747	7.500
Pessoa Jurídica - investimento	648	0	0	776
Pessoa Jurídica - outros	265.240	0	2.537	266.753
Total Geral	1.185.360	430.981	81.911	1.698.252
dez/17	R\$mil			
PRODUTO	COMERCIO	PESSOA FÍSICA	INDÚSTRIA	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	0	411.262	0	411.262
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	53.536	0	0	53.536
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	829.225	0	135.871	965.096
Pessoa Jurídica - importação e exportação	0	0	7.500	7.500
Pessoa Jurídica - investimento	776	0	0	776
Pessoa Jurídica - outros	262.595	0	4.159	266.753
Total Geral	1.146.131	411.262	147.530	1.704.922
set/17	R\$mil			
PRODUTO	COMERCIO	PESSOA FÍSICA	INDÚSTRIA	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	0	393.826	0	393.826
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	33.347	0	0	33.347
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	737.632	0	84.290	821.922
Pessoa Jurídica - importação e exportação	0	0	9.319	9.319
Pessoa Jurídica - investimento	902	0	0	902
Pessoa Jurídica - outros	228.039	0	2.482	230.521
Total Geral	999.921	393.826	96.091	1.489.839

2.6.5 Operações com características de concessão de crédito - Por Prazo a decorrer:

Prazo a Decorrer das Operações					
set/18					
					R\$mil
Produto	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	444.152	16.967	13	-	461.132
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	67.080	34.140	36	-	101.256
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	187.377	172.583	551.370	4.967	916.297
Pessoa Jurídica - importação e exportação	2.181	5.026	16.209	-	23.416
Pessoa Jurídica - investimento	-	389	83	-	472
Pessoa Jurídica - outros	137.351	8.268	123.260	-	268.880
Total Geral	838.141	237.374	690.971	4.967	1.771.454
jun/18					
					R\$mil
Produto	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	434.251	16.697	9	-	450.956
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	52.930	29.143	13	-	82.086
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	189.937	162.539	530.231	3.343	886.050
Pessoa Jurídica - importação e exportação	2.340	1.664	14.946	-	18.951
Pessoa Jurídica - investimento	-	519	-	-	519
Pessoa Jurídica - outros	107.151	19.063	125.934	-	252.147
Total Geral	786.608	229.624	671.133	3.343	1.690.709
mar/18					
					R\$mil
Produto	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	415.731	15.251	-	-	430.981
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	38.643	26.669	-	-	65.312
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	250.857	163.067	510.423	3.441	927.787
Pessoa Jurídica - importação e exportação	-	5.747	-	-	5.747
Pessoa Jurídica - investimento	-	-	648	-	648
Pessoa Jurídica - outros	110.273	34.794	122.710	-	267.777
Total Geral	815.504	245.528	633.780	3.441	1.698.252
dez/17					
					R\$mil
Produto	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	396.310	14.952	-	-	411.262
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	31.439	22.097	-	-	53.536
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	272.078	154.949	526.253	11.817	965.096
Pessoa Jurídica - importação e exportação	92	7.408	-	-	7.500
Pessoa Jurídica - investimento	-	-	776	-	776
Pessoa Jurídica - outros	100.321	38.412	128.020	-	266.753
Total Geral	800.240	237.817	655.049	11.817	1.704.922
set/17					
					R\$mil
Produto	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	TOTAL
Pessoa Física - cartão de crédito	379.171	14.656	0	-	393.826
Pessoa Jurídica - cartão de crédito	19.815	13.532	-	-	33.347
Pessoa Jurídica - capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	190.927	141.121	481.877	7.997	821.922
Pessoa Jurídica - importação e exportação	760	-	8.560	-	9.319
Pessoa Jurídica - investimento	-	-	902	-	902
Pessoa Jurídica - outros	88.102	15.284	127.135	-	230.521
Total Geral	678.774	184.594	618.474	7.997	1.489.839

2.6.6 Montante das Operações em Atraso por Região Geográfica (excluídas as operações baixadas para prejuízo)

Montante das Operações em Atraso por Região Geográfica (excluídas as operações baixadas para prejuízo)						
set/18	R\$mil					
	Entre 1 - 14	Entre 15 - 60	Entre 61 - 90	Entre 91 - 180	Entre 181 - 360	TOTAL
Sudeste	10.370	21.982	11.232	33.859	47.796	125.238
Nordeste	2.809	3.104	1.222	6.247	12.666	26.049
Norte	1.222	1.681	580	3.282	6.020	12.786
Centro-Oeste	1.235	1.505	307	2.399	3.229	8.675
Sul	495	1.242	384	2.149	4.690	8.960
Total	16.131	29.514	13.725	47.937	74.402	181.708
jun/18	R\$mil					
	Entre 1 - 14	Entre 15 - 60	Entre 61 - 90	Entre 91 - 180	Entre 181 - 360	TOTAL
Sudeste	8.134	20.218	11.639	32.464	34.644	107.100
Nordeste	2.521	5.698	2.728	7.639	15.361	33.947
Norte	1.378	2.551	1.317	3.594	6.937	15.776
Centro-Oeste	925	1.477	1.156	1.893	3.433	8.885
Sul	536	1.894	902	2.890	5.569	11.792
Total	13.494	31.837	17.744	48.480	65.944	177.499
mar/18	R\$mil					
	Entre 1 - 14	Entre 15 - 60	Entre 61 - 90	Entre 91 - 180	Entre 181 - 360	TOTAL
Sudeste	7.947	20.113	11.409	20.531	25.496	85.495
Nordeste	4.430	6.166	3.012	6.640	22.399	42.647
Norte	1.692	3.182	1.340	3.285	9.435	18.934
Centro-Oeste	1.064	1.664	665	1.803	4.283	9.479
Sul	809	2.076	1.189	2.827	8.179	15.081
Total	15.941	33.201	17.616	35.086	69.792	171.636
dez/17	R\$mil					
	Entre 1 - 14	Entre 15 - 60	Entre 61 - 90	Entre 91 - 180	Entre 181 - 360	TOTAL
Sudeste	8.613	12.179	6.892	17.670	19.865	65.218
Nordeste	4.064	4.532	2.518	10.744	24.185	46.043
Norte	1.990	2.397	1.398	4.634	11.699	22.118
Centro-Oeste	1.272	1.142	651	1.970	5.023	10.058
Sul	872	1.610	1.258	4.187	8.460	16.387
Total	16.810	21.860	12.717	39.205	69.232	159.824
set/17	R\$mil					
	Entre 1 - 14	Entre 15 - 60	Entre 61 - 90	Entre 91 - 180	Entre 181 - 360	TOTAL
Sudeste	5.845	10.715	5.569	11.454	19.877	53.461
Nordeste	4.174	6.863	4.026	13.728	21.418	50.209
Norte	2.023	3.603	1.805	6.462	10.462	24.354
Centro-Oeste	904	1.515	706	2.835	5.099	11.060
Sul	945	2.346	1.608	5.187	6.911	16.996
Total	13.891	25.042	13.714	39.665	63.766	156.079

2.6.7 Fluxo das Operações baixadas para Prejuízo

Fluxo das Operações baixadas para Prejuízo				
	R\$mil			
	Pessoa Física	Comércio	Indústria	TOTAL
set/18	28.452	7.592	-	36.044
jun/18	28.450	10.649	-	39.099
mar/18	27.641	7.770	-	35.411
dez/17	21.933	10.884	7	32.824
set/17	22.834	12.268	-	35.102

2.6.8 Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

Evolução da Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa				
set/18	R\$mil			
	Pessoa Física	Comércio	Indústria	TOTAL
Saldo no início do período	(86.643)	(52.761)	(648)	(140.053)
Constituição no período	(36.051)	(8.411)	25	(44.438)
Baixas de crédito para prejuízo	28.452	7.592	0	36.044
Saldo no fim do período	(94.243)	(53.581)	(623)	(148.447)

jun/18	R\$mil			
	Pessoa Física	Comércio	Indústria	TOTAL
Saldo no início do período	(83.202)	(49.392)	(565)	(133.159)
Constituição no período	(32.051)	(14.025)	84	(45.993)
Baixas de crédito para prejuízo	28.450	10.649	0	39.099
Saldo no fim do período	(86.804)	(52.768)	(481)	(140.053)

mar/18	R\$mil			
	Pessoa Física	Comércio	Indústria	TOTAL
Saldo no início do período	(83.423)	(45.765)	(712)	(129.899)
Constituição no período	(27.421)	(11.397)	147	(38.671)
Baixas de crédito para prejuízo	27.641	7.770	0	35.411
Saldo no fim do período	(83.202)	(49.392)	(565)	(133.159)

dez/17	R\$mil			
	Pessoa Física	Comércio	Indústria	TOTAL
Saldo no início do período	(79.962)	(48.513)	(671)	(129.145)
Constituição no período	(25.394)	(8.136)	(48)	(33.578)
Baixas de crédito para prejuízo	21.933	10.884	7	32.824
Saldo no fim do período	(83.423)	(45.765)	(712)	(129.899)

set/17	R\$mil			
	Pessoa Física	Comércio	Indústria	TOTAL
Saldo no início do período	(73.292)	(51.492)	(730)	(125.515)
Constituição no período	(29.504)	(9.288)	59	(38.733)
Baixas de crédito para prejuízo	22.834	12.268		35.102
Saldo no fim do período	(79.962)	(48.513)	(671)	(129.145)

2.6.9 Fator de Ponderação de Risco

Fator de Ponderação de Risco	Set.18	Jun.18	Mar.18	Dez.17	Set.17
FEPF=0,5%	-	2.143	-	-	-
FPR = 1%	-	-	2.238	-	-
FPR = 2%	-	-	-	407	282
FPR = 20%	105	872	1.202	571	2.820
FPR = 35%	-	-	-	-	-
FPR = 50%	12.861	39.461	45.884	42.284	45.531
FPR = 75%	617.958	341.328	331.509	331.825	302.219
FPR = 100%	997.665	1.280.501	1.308.222	1.321.699	1.135.976
FPR = 250%	68.084	118.205	136.155	139.973	142.912
FPR = 300%	-	-	-	-	-

2.6.10 Instrumentos Mitigadores

O quadro abaixo apresenta o valor mitigado pelos instrumentos definidos na Circular 3.644/13:

FPR (0%)	Set.18	Jun.18	Mar.18	Dez.17	Set.17
Títulos Públicos Federais	573.367	629.865	473.547	364.547	417.034

O único mitigador de risco de crédito utilizado é o das operações compromissadas ativas, onde o lastro da operação são os títulos públicos federais, que compensam em 100% o risco de crédito. O valor destas operações na data base set/2018 era de R\$ 573.367, portanto este é o valor mitigado com fator de ponderação 0%.

2.6.11 Exposição do Risco de Crédito da Contraparte

A Política de Crédito que engloba as Instituições Financeiras, determina os níveis de concentração máxima de risco de contraparte, com isso são apresentados níveis de exposição máxima de risco por instituição financeira em relação ao Patrimônio Líquido do Banco Triângulo. Contudo, a referência para que se estabeleça níveis diferenciados de exposição ao risco está atrelada a classificação destas instituições nas principais agências de risco. Qualquer operação que esteja fora das pré-estabelecidas nesta política deve ser submetida ao Conselho de Administração.

Em relação aos swaps que amparam as operações de captação em moeda estrangeira, o Banco Triângulo não faz provisão, ressaltando que foram feitos com as instituições que obtêm as melhores classificações das agências de risco. Para as operações compromissadas as garantias são os títulos públicos federais.

R\$ Mil	Set.18	Jun.18	Mar.18	Dez.17	Set.17
Op. Compromissadas	573.367	629.865	473.547	364.547	417.034

3. Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de perdas decorrentes da alteração do valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, ações e commodities) causada por fatores adversos.

A gestão do risco de mercado e liquidez está sob responsabilidade de uma área totalmente independente da área de negócio e centraliza o controle do risco de mercado e de liquidez.

A Política de Risco de Mercado do Banco Triângulo define as práticas de gestão de risco de mercado, diretrizes, conceitos, responsabilidades e a estrutura de gerenciamento adotada pela Instituição.

3.1 - Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento do Risco de Mercado está estruturado sob a ótica qualitativa e quantitativa.

Aspecto qualitativo: é baseado nas diretrizes e premissas adotadas pela instituição para embasar os instrumentos quantitativos. As diretrizes e as premissas estão consolidadas na Política de Risco de Mercado.

Aspecto quantitativo: conjunto de instrumentos de controle que monitoram os níveis de risco de mercado da carteira, com as definições de procedimentos e as alçadas para situação de desenquadramento dos limites.

Segue a descrição dos instrumentos da Gestão de Risco de Mercado:

- ▲ Relatório gerencial diário de risco de mercado divulgado diariamente à alta administração e aos membros do Comitê ALCO, com as posições de risco de mercado da carteira de Negociação e Não Negociação, segregadas por fator de risco. Além do monitoramento de risco, são realizadas análises de sensibilidade (PV) e testes de stress para a posição total da carteira;
- ▲ Relatório mensal de risco de mercado para o Conselho de Administração com a visão executiva da evolução do consumo de VaR, stress e as principais oscilações no período;
- ▲ Participação em análises e reuniões para lançamento de novos produtos, com o objetivo de identificar e mapear o risco de mercado inerente ao produto. Limites e controles referentes ao novo produto também são avaliados para a realização de eventuais definições;

- ▲ O Comitê ALCO, com periodicidade mensal, é responsável pela proposição da política de Risco de Mercado, da estrutura de limites e definição do cenário de stress em função da conjuntura macroeconômica;
- ▲ O Comitê de Finanças e Riscos, com periodicidade mensal, é responsável pela gestão estratégica de todos os riscos. Propõe critérios gerais para a gestão e sugere diretrizes de política e aprova a estrutura de limites; e
- ▲ O Conselho de Administração aprova e revisa a política de Risco de Mercado com periodicidade mínima anual.

3.2 - Estrutura de Gestão de Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado está estruturada conforme a classificação das operações: Negociação e Não Negociação.

As operações classificadas na carteira de Negociação são aquelas detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, que não estejam sujeitas à limitação de negociabilidade e aquelas destinadas a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços efetivos ou esperados e realização de arbitragem.

O Banco Triângulo decidiu para a posição global da carteira (Trading e Banking) calcular o risco pelo VaR – Value at Risk – e para as operações classificadas como Banking (Não Negociação) a gestão do risco é realizada pelo EVE – Economic Value of Equity.

Para a carteira de Negociação e para a carteira Total o modelo interno de VaR utilizado no Banco Triângulo é o modelo Paramétrico, com um intervalo de confiança de 99% e para horizonte de 1 dia útil. O modelo de volatilidade utilizado é o EWMA.

As operações são segregadas em Books por fator de risco e o VaR é calculado diariamente para cada book, tanto para a carteira de operações classificadas, como para a negociação e para a carteira total.

O consumo do VaR e a análise do stress teste em relação aos respectivos limites são monitorados diariamente pela área de risco de mercado e, caso ocorra a extrapolação de algum limite, a área de risco de mercado é responsável pela comunicação à alta administração e ao comitê ALCO e o enquadramento ao limite deve ser imediato.

Periodicamente, são realizados os testes de validação para verificar a aderência do modelo de risco de mercado.

VaR da carteira Total (Trading+Banking)

R\$ MIL

Fator Risco	set-18		jun-18		mar-18		dez-17		set-17	
	VaR	Expos.	VaR	Expos.	VaR	Expos.	VaR	Expos.	VaR	Expos.
Ações										
CDI	66	-1.620.741	161	-1.594.309	43	-1.397.404	27	-1.172.424	30	-1.079.183
Pre	1.359	1.459.937	733	1.503.745	181	1.433.927	496	1.335.783	615	1.262.207
Selic	0	137.023	0	104.918	0	120.063	0	97.783	0	97.672
TJLP	1	17.081	0	16.622	5	28.371	2	20.101	-1	16.249
USD										
JPY										
Total	1.426	-6.700	894	30.976	229	184.956	525	281.243	644	296.945

Obs.: variação da exposição (Jun.18 para Set.18) foi ocasionada pelo vencimento de CDI Rural e aumento da carteira de CDBs e LFTs

Obs.: a tabela acima apresenta o Var marginal por fator de risco

Exposição Carteira Trading

R\$ MIL

Fator Risco	set-18		jun-18		mar-18		dez-17		set-17	
	C	V	C	V	C	V	C	V	C	V
Ações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pré	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CDI	106.836	0	103.761	0	76.928	0	48.512	0	53.572	0

C = Comprada; V = vendida

Nota: Alteração Fator de Risco "Pré", data base 12/2016.

Exposição Carteira Banking

R\$ MIL

set-18		jun-18		mar-18		dez-17		set-17	
EVE	Expos.	EVE	Expos.	EVE	Expos.	EVE	Expos.	EVE	Expos.
14.358	-138.322	6.524	-66.072	5.923	89.401	13.678	212.397	12.272	229.294

Para a carteira de operações classificadas como Não Negociação (Banking) decidiu-se adotar o modelo de risco EVE - Economic Value of Equity. O EVE é calculado considerando-se a amostra de 5 anos e um horizonte mais longo, com um prazo de liquidação maior (Holding Period) em comparação à carteira Trading, onde o risco é calculado considerando-se a volatilidade e horizonte de análise de 1 dia, em função da liquidez dos ativos.

Este modelo consiste em trazer a valor presente os fluxos de caixa dos ativos e passivos através de uma taxa de desconto, sendo um instrumento de análise de sensibilidade de taxa de juros e dos ativos de mercado a curva de desconto utilizada para o cálculo do valor presente deve contemplar o cenário de choque de mercado.

O risco calculado é a diferença entre o valor marcado a mercado calculado com o cenário de choque e o valor da carteira atualizado com a taxa de mercado, sendo esta variação uma previsão da possível perda no cenário de choque (perda que só será realizada caso ocorra a liquidação desta carteira). Deve-se ressaltar que atualmente a Instituição não possui operações ativas e/ou passivas sem data de vencimento definida, portanto a metodologia acima aplica-se a todas as operações do Banco Triângulo classificadas na carteira de Não Negociação.

3.3 - Política de Hedge

A Tesouraria é a área responsável pela gestão do funding e mitigação do risco de taxas gerado pelas operações de crédito. Pelas diretrizes internas do Banco Triângulo, a Tesouraria não possui limites operacionais para abrir e/ou manter posição proprietária.

Para as operações que incorrem em risco de moeda, o Banco Triângulo tem como premissa não assumir exposição/risco, utilizando-se de mecanismos de hedge para mitigação deste risco.

A diretriz definida pelo Conselho de Administração para a realização do Hedge está em função da utilização do instrumento para enquadramento nos limites de risco de mercado em situação de extrapolação.

4. Risco de Liquidez

Entende-se como risco de Liquidez a ocorrência de descasamentos entre pagamentos e recebimentos, em função de desequilíbrios entre ativos e passivos, gerando a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, ou somente fazê-lo com elevadas perdas, considerando-se as diferentes moedas e prazos.

4.1 - Política de Liquidez

A Política de Liquidez define as diretrizes e estratégias para a gestão do caixa e consolida os procedimentos adotados para o controle e monitoramento. Faz parte da política a definição do processo da gestão da Liquidez, Plano de Contingência e atribuição de responsabilidades das áreas envolvidas.

4.2 - Controle de Liquidez

São utilizados os instrumentos de controle de liquidez abaixo:

- ▲ Relatório diário para a alta administração e para os membros do Comitê ALCO, com o monitoramento dos níveis de liquidez;
- ▲ Cenário de Stress baseado em análise histórica dos resgates das captações no Banco Triângulo em momentos de crise;
- ▲ Estrutura de limites: Caixa mínimo, Concentração de Vencimentos e Concentração de Contrapartes;
- ▲ Comitê ALCO, responsável pelo acompanhamento diário dos níveis de liquidez e da definição da estratégia da gestão de liquidez;
- ▲ Plano de Contingência de Liquidez detalhando os procedimentos a serem adotados para a recomposição dos níveis de Liquidez; e
- ▲ Em situação de redução da liquidez a um nível abaixo do caixa mínimo definido, ocorre a comunicação imediata para a alta administração, o comitê ALCO é convocado para a tomada de decisão e o Comitê de Finanças informado.

O controle diário de Liquidez contempla o monitoramento do nível de caixa em função do colchão mínimo proposto na política. Além das operações com os vencimentos definidos, o controle considera as demais operações / eventos que impactam a liquidez:

- ▲ Conta garantida: monitoramento do limite aprovado e não utilizado
- ▲ Saldo de depósito à vista, operações vencidas e depósitos a prazo com liquidez diária
- ▲ % histórico de inadimplência dos ativos de crédito

5. Risco Operacional

Define-se o risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A este conceito acrescenta-se o Risco Legal associado à inadequação ou a deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se também o conceito de Risco de Compliance, representado pela possibilidade em não conduzir seus negócios em conformidade com leis, políticas e normas podendo conseqüentemente, causar danos à imagem e prejuízos de ordem financeira decorrentes de demandas judiciais e de sanções legais.

No que tange os eventos de riscos, o Banco Triângulo adota a classificação de riscos conforme as categorias estipuladas abaixo:

- I. Fraude Interna;
- II. Fraude Externa;
- III. Demandas Trabalhistas;
- IV. Práticas inadequadas;
- V. Danos a ativos físicos;
- VI. Interrupção das atividades;
- VII. Falhas em sistemas de TI; e
- VIII. Falha na execução das atividades.

Para atenuar esses riscos e adaptar a Instituição às práticas do mercado e à regulamentação do setor foi estabelecida uma estrutura de Risco Operacional e Controles Internos para garantir permanente a atualização e mapeamento de riscos e controles, bem como capturar informações relacionadas a qualquer falha operacional.

5.1 - Metodologia para Gestão de Risco Operacional

O Banco Triângulo S.A. aborda o gerenciamento dos seus principais riscos, com base em uma metodologia própria que congrega 4 (quatro) grandes etapas em uma sequência lógica de execução que oferece respaldo suficiente com razoável grau de certeza, para concluir sobre a efetividade dos Controles Internos.

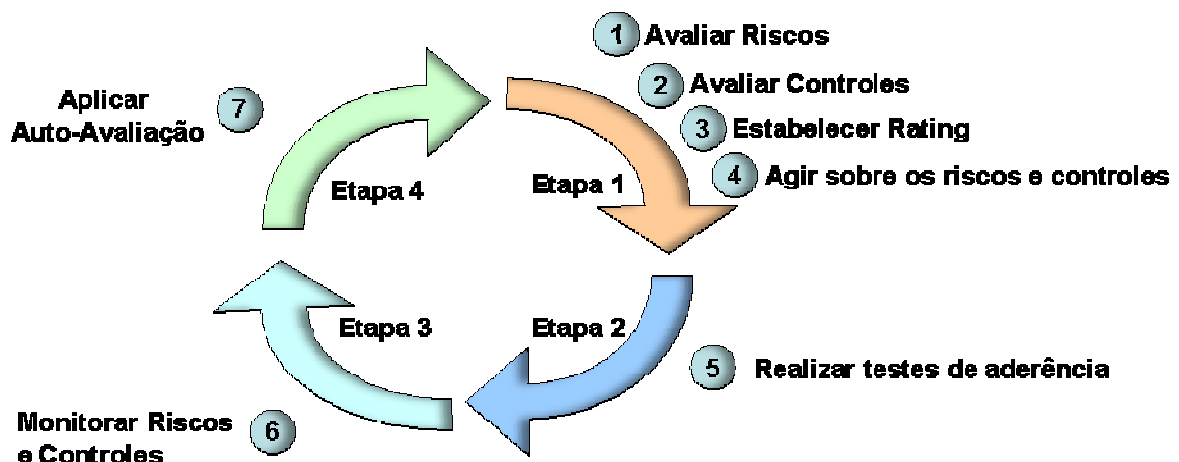


Fig.1- Metodologia para Gestão de Risco Operacional

5.2 - Mensuração do Risco Operacional

Em atendimento ao disposto na Circular nº 3.640, de 04.03.2013 do Banco Central, a Instituição adotou a Metodologia Abordagem do Indicador Básico para cálculo da parcela dos ativos ponderado de Risco (RWA) ao Risco Operacional.

5.3 - Controle e Acompanhamento

A atuação da área de Risco Operacional baseia-se na aplicação de metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos diversos processos.

Quando identificadas as ocorrências de riscos e/ou controles insuficientes são definidos e elaborados planos de ação, para mitigação do risco identificado e implementação de novos controles. Aliado a este trabalho, a área promove ainda reuniões onde são abordados temas relativos ao gerenciamento das perdas operacionais e discutidas a efetividade das ações tomadas pelas áreas na implantação de controles internos que mitiguem os riscos existentes e novos que possam ocorrer.

5.4 - Estrutura de Risco Operacional

A estrutura é composta por funcionários da área de Risco Operacional que promovem a cultura de conformidade e controle de risco em toda a Instituição. Os objetivos são a melhoria dos processos internos e a redução de riscos, com a oferta de apoio às áreas de negócios e o aperfeiçoamento da eficiência operacional.

Para o apoio nas deliberações dos riscos relevantes e seus mitigadores, a Instituição conta com uma estrutura de Conselho e Comitê que possuem representatividade na tomada de decisões pertinentes a Risco Operacional, composto por:

- ▲ Conselho de Administração;
- ▲ Comitê de Finanças e Riscos; e
- ▲ Comitê de Auditoria e Compliance.

5.5 - Divulgação

Os relatórios sobre eventos de perdas operacionais, às ações mitigatórias tomadas e seu acompanhamento, bem como a aferição dos resultados, são disponibilizados periodicamente pela área de Risco Operacional, para assegurar que as instâncias decisórias da Instituição tenham conhecimento e deliberem sobre os principais riscos operacionais existentes.

Semestralmente é submetido ao Comitê de Auditoria e Compliance, à Diretoria Administrativa e à Presidência o relatório contemplando as atividades realizadas durante o semestre anterior e iniciativas de treinamento e da disseminação de cultura de gerenciamento de risco operacional e controles internos.

5.6 - Base de Perdas de Risco Operacional

O trabalho da área de Risco Operacional referente às perdas operacionais inicia-se na identificação e na captura destas perdas e é representado pelas seguintes etapas:

Identificação - Levantamento de informações acerca da ocorrência de forma a identificar a origem, o fato gerador e os impactos no negócio;

Registro - As perdas identificadas são devidamente registradas de forma a garantir a sua classificação de acordo com as definições de risco operacional e seu correto mapeamento nas unidades de negócios com indicação de processos, produtos e serviços envolvidos; e

Tratamento - As ocorrências mais relevantes são tratadas com a promoção de ações mitigatórias pelas áreas de negócio.

Um das principais fontes de identificação de Perdas Operacionais é a comunicação pelas Unidades de Negócios, ação que tem sido exaustivamente incentivada e recomendada pela área de Risco Operacional. Outra fonte trata do constante monitoramento e análise da razão Contábil e dos Balancetes.

Eventos 4.557/17	set-18	jun-18	mar-18	dez-17	set-17
Fraude Externa	21%	36%	34%	9%	66%
Falhas em processos	22%	42%	19%	28%	14%
Problemas trabalhistas	51%	20%	47%	0%	20%
Fraude Interna	6%	1%	0%	63%	0%
%	100%	100%	100%	100%	100%

6. Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade dos Negócios tem por finalidade planejar e viabilizar um conjunto de estratégias e ações que garantam um nível de funcionamento adequado ao negócio no caso de situações adversas, que ocasionem a interrupção total ou parcial das atividades do Banco Triângulo.

As estratégias e ações mencionadas, estão formalizadas nos Planos de Continuidade (PCN) e contemplam os cenários de riscos internos e externos em caso de indisponibilidade de pessoas, tecnologia, informações, ambientes físicos e outsourcing.

6.1 - Normativo

As diretrizes corporativas para a Gestão da Continuidade de Negócio estão corroboradas no Normativo Interno do Banco Triângulo e alinhada as exigências regulatórias do BACEN, com as boas práticas de mercado e de institutos internacionalmente reconhecidos. É aprovada pelo Diretoria Executiva, o que garante um planejamento adequado de recuperação aos níveis acordados de disponibilidade para os processos críticos da Organização.

6.2 - Metodologia

O PCN é elaborado internamente, com colaboradores de diversas equipes e objetiva traçar estratégias e planos de ação que garantam a disponibilidade dos serviços essenciais da empresa até que ocorra a normalização da operação. O processo é desenvolvido conforme as atividades abaixo:

- a) **Mapear os riscos** - Identifica os possíveis cenários de interrupção das operações e avalia a probabilidade e o impacto da efetivação do cenário levantado. Possibilita selecionar os processos críticos, para priorização das ações.
- b) **Analisar os impactos no negócio (Business Impact Analysis – BIA)** - Possibilita a determinação das prioridades de recuperação, dos tempos de retomada e das necessidades mínimas de recursos e equipes, caso ocorra um evento que impossibilite os processos críticos de serem executados da maneira habitual.

- c) **Definição da estratégia de recuperação** - Elabora um conjunto de estratégias e planos de ações que visam garantir que sejam preservados os serviços essenciais do Banco Triângulo e suas empresas controladas no caso de interrupções. Conforme estrutura de documentos abaixo:
- ▲ Plano de Administração de Crises (PAC);
 - ▲ Plano de Recuperação de Desastres (PRD); e
 - ▲ Planos de Continuidade Operacional (PCO).
- d) **Treinamento:** Todos os colaboradores chaves são treinados treinados, dentro dos testes periódicos, quanto as suas responsabilidades específicas durante a eventual interrupção do negócio.
- e) **Teste do Plano:** Semestralmente os planos elaborados passam por testes que simulam um incidente motivador de acionamento de contingência. Os testes simulam um cenário real de indisponibilidade tecnológica e do ambiente físico nos quais os colaboradores chave devem realizar atividades para validação do modelo de contingência adotado pelo Banco Triângulo e suas empresas controladas. Os resultados são acompanhados para medir a eficácia e elaborar ações de melhorias, se necessário.
- f) **Contingência Tecnológica:** A organização possui um ambiente de tecnologia com o seu devido espelhamento entre data centers em localidades distintas para manter a disponibilidade de seus recursos e operacionalização de seus processos na eventual ocorrência de um desastre.

7. Risco Socioambiental

Define-se o Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos Socioambientais, devendo ser identificado como um componente das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. O Banco Triângulo monitora o Risco Socioambiental de acordo com os parâmetros abaixo:

- ▲ **Relevância:** o grau de exposição ao Risco Socioambiental das atividades e das operações da instituição; e
- ▲ **Proporcionalidade:** a compatibilidade da PRSA com a natureza da instituição e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos financeiros.

Para o Banco Triângulo, ser sustentável significa realizar as suas atividades de forma a contribuir para o progresso socioeconômico da sociedade e das comunidades onde atua, considerando seu impacto no meio ambiente e colaborando para relações transparentes e duradouras com as partes interessadas.

7.1 - Estrutura do Risco Socioambiental

A área de Risco Operacional é responsável pela gestão do Risco Socioambiental, mas todos os colaboradores e terceiros/ parceiros são atores fundamentais para conseguir os objetivos da instituição e de suas empresas controladas, no que diz respeito as diretrizes Socioambientais.

Para apoiar as deliberações sobre os riscos relevantes e os seus mitigadores a Instituição conta com uma estrutura de governança adequado ao seu porte, natureza e complexidade.

7.2 - Política e Normativo de Risco Socioambiental

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco Socioambiental é aprovada pelo Conselho de Administração e está alinhada as diretrizes dos órgãos reguladores. A divulgação interna é efetuada de forma ampla no canal de comunicação da Instituição.

É realizado treinamentos aos profissionais da instituição, no programa de integração, com intuito de disseminar a cultura e a preocupação da gestão com o Risco Socioambiental.

7.3 - Metodologia

Os Riscos Socioambientais a que a instituição está passível, em sua maioria, são indiretos e estão relacionados às relações de negócios, por meio da disponibilização de Financiamentos e Créditos. Também inclui os riscos advindos da cadeia de fornecedores.

A avaliação do Risco Socioambiental é parte integrante do processo de aceitação e renovação de clientes e de fornecedores e inclui a análise dos possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como a avaliação de mídias, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais. Prevenindo desta forma o vínculo da instituição com atividades que desrespeitam legislações ou colocam em risco a saúde pública e o meio ambiente.

O processo de gerenciamento do Risco Socioambiental ocorre através de seis etapas, conforme abaixo:



Além das etapas acima citadas para o gerenciamento do Risco Socioambiental, o Banco Triângulo adota as seguintes diretrizes preventivas:

- ▲ Nas operações de Crédito o banco adota cláusulas de responsabilidade socioambiental nos contratos de operação e/ou declaração do cliente quanto à observância à legislação socioambiental. Ainda, a instituição poderá optar por diferentes modalidades de garantias e, portanto, estabelecer as diligências para o gerenciamento do Risco Socioambiental delas decorrentes, observadas a sua relevância e o grau de exposição ao risco;

- ▲ Na contratação de Terceiros, tem por premissa a proposição de cláusulas e condições contratuais que estabelecem o compromisso em observar e cumprir a legislação trabalhista, fiscal, previdenciária e ambiental aplicável à sua atividade e a de seus colaboradores, dentre elas, a declaração de que não se vale de trabalho infantil ou escravo, e de que se compromete a cumprir as disposições do Código de Ética e Conduta do Sistema Integrado Martins (SIM), aplicável ao Banco Triângulo; e
- ▲ O Banco Triângulo e as suas empresas controladas se reservam ao direito de não realizar operações com determinados negócios, sendo de clientes ou de terceiros, por entender que estes não atendem as diretrizes da instituição.

7.4 - Divulgação

Periodicamente são elaborados e disponibilizadas apresentações contendo as principais atividades realizadas, as deficiências identificadas e os eventos cujas causas possuam origem Socioambiental, para assegurar que as instâncias decisórias da Instituição tenham o conhecimento e deliberem sobre os principais riscos existentes.

8. Gerenciamento de Capital

O processo de gerenciamento de capital no Banco Triângulo preza pelo contínuo monitoramento e controle do capital mantido pelo grupo, estabelecido pela avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos incorridos e calculados, planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos de forma prospectiva e antecipando-se às possíveis mudanças nas condições de mercado.

A estrutura e o processo de gerenciamento de capital são compatíveis com o nível de operações, complexidade de produtos e serviços, bem como às exposições aos riscos a que a empresa está exposta.

Através das áreas de gerenciamento de Riscos de Mercado, de Liquidez, de Crédito e Operacional o gerenciamento de capital identificará e avaliará os riscos relevantes que deverão ser considerados para consistir o perfil de risco do Banco Triângulo. Adicionalmente aos riscos descritos acima, deverão ser considerados, quando relevantes, para as operações e o contexto do Banco Triângulo, os riscos relacionados a:

- ▲ Risco de crédito da contraparte;
- ▲ Risco de concentração;
- ▲ Risco de estratégia;
- ▲ Risco de reputação; e
- ▲ Risco legal.

O gerenciamento de capital, sob responsabilidade da área de Gestão de Risco de Mercado, contempla a implantação e implementação de Plano de Capital aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. O plano está embasado em projeções de crescimento de três anos das carteiras conforme orçamento e/ou diretrizes elaborados pela Controladoria, assegurando que o Banco Triângulo possui capital suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência deliberados em Conselho.

9. Adequação do Patrimônio de Referência - PR

Este processo é acompanhado diariamente e visa assegurar que o Banco Triângulo mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos incorridos, seja em situações normais ou em condições extremas no mercado, além de atender aos requerimentos regulatórios.

Até setembro de 2013, o patrimônio mínimo exigido das instituições financeiras para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas, era identificado como Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme estabelecido pela Resolução 3.490, de 29/09/2007. Com a implementação de Basileia III no Brasil, o conceito de PRE foi substituído pelo de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA, sigla de Risk Weighted Assets).

Para fins do cálculo dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

$$RWA = \underbrace{RWA_{CPAD}}_{\text{Risco de Crédito}} + \underbrace{RWA_{MPAD} (RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS} + RWA_{CAM})}_{\text{Risco de Mercado}} + \underbrace{RWA_{OPAD}}_{\text{Risco Operacional}}$$

RWACPAD: parcela relativa às exposições ao risco de crédito

RWAMPAD: relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada, que se dá mediante a soma das parcelas:

RWAJUR: parcela relativa as exposições sujeitas à variação de taxa de juros;

RWAACS: parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações;

RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities); e

RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;

RWAOPAD: relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

Além disso, o Banco Triângulo deve manter o PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação (risco da taxa de juros da carteira banking), o qual é calculado por meio da metodologia EVE.

9.1 – Detalhamento do Patrimônio de Referência - PR

O Banco Triângulo, visando uma possível adequação do seu Patrimônio de Referência (PR) a todos os riscos existentes no cálculo do Índice de Basileia, realiza uma simulação com a inclusão da parcela de risco Banking às demais parcelas já incluídas no cálculo.

Após um bem-sucedido ciclo de investimento, em Maio/2018, o Tribanco optou por exercer o direito de recomprar as ações detidas pelo International Finance Corporation - IFC, braço financeiro do Banco Mundial.

Em setembro/2018, o Índice de Basileia de 13,67%, apresentou margem suficiente para acomodar o risco da parcela Banking.

Portanto os estudos realizados sobre o próprio cálculo do Índice de Basileia são considerados adequados para a instituição.

A seguir demonstramos:

	set-18	jun-18	mar-18	dez-17	set-17
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	366.998	355.856	427.741	443.412	439.233
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	366.998	355.856	427.741	443.412	439.233
Patrimônio Líquido	366.998	355.856	427.741	443.412	439.233
Capital Social	285.294	285.294	285.293	285.293	285.293
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	145.519	145.519	197.399	197.399	153.079
Sobras ou Lucros Acumulados	8.738	8.738	-	-	25.498
Ganhos não realizados de Ajustes de Ava. Patrimonial	-	-	-	(1)	(2)
Contas de Resultado Credoras	220.719	-	183.669	-	196.642
(-)Contas de Resultado Devedoras	208.719	-	176.107	-	187.252
(-) Ações em Tesouraria e Outros instrumentos de Emissão Própria	-	-	-	-	-
(-)Ativo Permanente Diferido	-	-	-	-	-
(-)Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	4	64	-	-
(-)Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	84.551	71.195	55.190	38.062	33.995
(-)Ajuste Prudencial VII Antes da Glosa de 15% - Créditos Tributários de Diferença Temporária	-	12.497	7.259	1.217	30
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-
RA - Razão de Alavancagem	13,89%	13,53%	16,36%	18,36%	19,23%
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	2.684.353	2.752.357	2.795.055	2.709.687	2.502.667
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	231.525	237.391	241.073	250.646	231.497
Risco de Crédito - RWACPAD	1.696.672	1.782.512	1.825.209	1.836.760	1.629.740
Valor do RWACAPD ANTES DO ADICIONAL DE FATOR F	146.338	153.742	157.424	169.900	150.751
FEPF=0,5%	-	2.143	-	-	-
FPR = 2%	-	-	2.238	407	282
FPR = 20%	-	-	-	571	2.820
FPR = 35%	105	872	1.202	-	-
FPR = 50%	-	-	-	42.284	45.531
FPR = 75%	12.861	39.461	45.884	331.825	302.219
FPR = 100%	617.958	341.328	331.509	1.321.699	1.135.976
FPR = 250%	997.665	1.280.501	1.308.222	139.973	142.912
FPR = 300%	68.084	118.205	136.155	-	-
CVA	-	-	-	-	-
Risco Operacional - RWAOPAD	987.681	969.846	969.846	872.927	872.927
Fator Z - RWAOPAD	85.188	83.649	83.649	80.746	80.746
Risco de Mercado - RWAMPAD	-	-	-	-	-
Valor da Parcela RWAjur1	-	-	-	-	-
LIMITE DE IMOBILIZAÇÕES					
VALOR DA SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	(36.709)	(52.741)	(59.514)	(70.616)	(69.320)
LIMITE PARA IMOBILIZAÇÃO (LI)	183.499	177.928	213.871	221.706	219.617
VALOR DA MARGEM OU INSUFICIÊNCIA	146.790	125.187	154.357	151.090	150.296
PR X RWA					
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN	121.115	111.941	180.744	179.088	195.495
ÍNDICE DE BASILÉIA - C. 3.678/13	13,67%	12,93%	15,30%	16,36%	17,55%
ÍNDICE DE BASILÉIA - RBAN	13,61%	12,90%	12,90%	16,29%	17,47%
Montante do PR apurado para cobertura do risco da taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação - PBANK	14.358	6.524	5.923	13.678	12.272

9.2 – Razão de Alavancagem (RA)

Em atendimento às recomendações do Comitê de Basileia, em outubro de 2015 entrou em vigor a circular nº 3.748 do BCB que dispõe sobre a Razão de Alavancagem (RA). É um índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras e avalia a alavancagem por meio da relação entre Capital Nível I e os ativos registrados em valores contábeis, acrescidas de exposições off-balance (limites, avais, fianças e derivativos).

A seguir, apresentamos a Razão de Alavancagem e o comparativo com as demonstrações financeiras publicadas.

#	Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem	Valor (R\$ mil)
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	3.247.315
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(523.298)
3	Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	-
4	Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	-
5	Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	-
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	2.488
7	Outros Ajustes	(84.551)
8	Exposição Total	2.641.954

#	Razão de Alavancagem	Valor (R\$ mil)
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	2.150.650
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	84.551
3	Total das exposições contabilizadas no BP	2.066.099
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4	Valor de reposição em operações com derivativos.	-
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	-
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	-
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	573.367
13	Ajuste relativos a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-
16	Total das Exposições Relativas a Operações Compromissadas e de Empréstimo de TVM	573.367
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	2.488
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial	-
19	Total das Exposições não Contabilizadas no Balanço Patrimonial	2.488
Capital e Exposição Total		
20	Nível I	366.997
21	Exposição Total	2.641.954
Razão de Alavancagem (RA)		
22	Razão de Alavancagem de Basileia III	13,89%

10. Informações Patrimoniais

10.1 – Balanços Patrimoniais (Valores em milhares)

CONGLOMERADO PRUDENCIAL	setembro-18
ATIVO	
CIRCULANTE E REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.605.494
DISPONIBILIDADES	650
APLICACOES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	573.367
APLICACOES EM OPERACOES COMPROMISSADAS	573.367
APLICACOES EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	-
TITS.E VALS.MOBS.E INSTRUM.FINANC.DERIVATIVOS	138.457
LIVRES	106.836
TITULOS DADOS EM GARANTIA DE OPER.DE BOLSAS	-
TITS.DADOS EM GAR.-OP.EM CAMARAS-LIQ.E COMPE.	31.620
RELACOES INTERFINANCEIRAS	42.556
DIREITOS JUNTO A PARTIC.DE SIST.DE LIQUIDACAO	4.635
CREDITOS VINCULADOS	17.756
RELACOES COM CORRESPONDENTES	20.165
OPERACOES DE CREDITO	1.268.044
EMPRESTIMOS E TITULOS DESCONTADOS	1.186.901
FINANCIAMENTOS	223.276
FINANC.RURAIS APLICACOES OBRIGATORIAS	1.562
(-)PROV.P.OPERACOES DE CREDITO	(143.695)
(-)PROV.P.EMPRESTIMOS E TITS.DESCONTADOS	(140.740)
(-)PROV.P.FINANCIAMENTOS	(2.947)
(-)PROV.P.FINANC.RURAIS E AGROINDUSTRIAS	(8)
OUTROS CREDITOS	520.498
NEGOCIACAO E INTERMEDIACAO DE VALORES	-
DIVERSOS	525.474
(-)PROV.P.OUTROS CREDITOS	(4.975)
OUTROS VALORES E BENS	61.922
PERMANENTE	118.523
INVESTIMENTOS	19.422
PARTICIP.EM COLIGADAS E CONTROLADAS NO PAIS	19.181
PARTICIPACOES DE CAPITAL P.INCENTIVOS FISCAIS	(0)
ACOES E COTAS	207
OUTROS INVESTIMENTOS	34
IMOBILIZADO DE USO	17.287
IMOBILIZACOES EM CURSO	-
MOVEIS DE USO	1.397
INSTALACOES, MOVEIS EQUIPAMENTOS DE USO	5.546
SISTEMA DE COMUNICACAO	1.307
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS	21.128
SISTEMA DE SEGURANCA	882
SISTEMA DE TRANSPORTE	515
(-)DEPREC.ACUM.-DE OUTRAS IMOBILIZACOES DE USO	(13.487)
INTANGIVEL	81.814 (d)
ATIVOS INTANGIVEIS	81.814
OUTROS ATIVOS INTANGIVEIS	128.116
(-)AMORT.ACUM.-DE ATIVOS INTANGIVEIS	(46.302)
TOTAL ATIVO	2.724.017

PASSIVO	
CIRCULANTE E EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.270.962
DEPOSITOS	1.138.220
DEPOSITOS A VISTA	214.591
DEPOSITOS INTERFINANCEIROS	90.388
DEPOSITOS A PRAZO	808.424
OUTROS DEPOSITOS	24.818
REC.DE A.CAMBIAIS, LI, LH, DEBENT.E SIMILARES	529.762
OBRIGS.P/EMISSAO-LETRAS DE CRED IMOBILIARJO	107.356
OBRIGS.P/EMISSAO DE LETRAS FINANCEIRAS	422.406
RELACOES INTERFINANCEIRAS	33.443
OBRIGS JUNTO A PARTIC.DE SIST.DE LIQUIDACAO	33.380
RELACOES COM CORRESPONDENTES	63
	-
RELACOES INTERDEPENDENCIAS	6.115
RECURSOS EM TRANSITO DE TERCEIROS	6.115
OBRIGACOES P/EMPRESTIMOS E REPASSES	133.222
EMPRESTIMOS NO PAIS-OUTRAS INSTITUICOES	0
REPASSES DO PAIS-INSTITUICOES OFICIAIS	133.222
OBRIGACOES POR REPASSES-BNDES	115.325
OBRIGACOES POR REPASSES-FINAME	17.897
OUTRAS OBRIGACOES	430.200
COBRANCA E ARREC.DE TRIB.E ASSEMELHADOS	945
SOCIAIS E ESTATUTARIAS	9.269
FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	51.224
NEGOCIACAO E INTERMEDIACAO DE VALORES	-
DIVERSAS	368.763
RESULTADOS DE EXERCICIOS FUTUROS	1.507
RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	1.507
PATRIMONIO LIQUIDO	439.549
CAPITAL SOCIAL	285.293 (a)
RESERVAS DE CAPITAL	3.590 (b)
RESERVAS DE LUCROS	141.929 (b)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(3) (b)
(-)ACOES EM TESOURARIA	-
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	8.738 (c)
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	1
RESULTADO ACUMULADO	12.000 (c)
CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	220.719
(-)CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	(208.719)
TOTAL PASSIVO	2.724.017

10.2 – Estrutura Acionária



10.3 - Participações em controladas - no País

As principais informações sobre as controladas estão sumariadas, como segue:

	Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda.	Tribanco Corretora de Seguros S.A.	Triângulo Participações e Serviços Ltda.	Tripag Meios de Pagamento Ltda.
Capital Social	130.519	3.000	15.000	100.000
Patrimônio Líquido	178.003	4.084	16.226	97.213
Lucro Líquido do período	3.016	1.324	588	-515

10.4 – Breve descrição das Instituições Participantes

Tricard Serviços de Intermediação de Cartões de Crédito Ltda (Tricard) - Focada no desenvolvimento de cartões e serviços com vantagens exclusivas para o varejista e consumidores em geral.

Banco Triângulo Corretora de Seguros S.A. (Tribanco Seguros) - Oferece as melhores soluções em proteção para todos os participantes da cadeia produtiva do SIM. Em qualquer canto do país e com toda a credibilidade e experiência do Grupo Martins, a Corretora de Seguros do SIM tem em seu portfólio a solução ideal para atender as necessidades de cada público, sempre em parceria com as principais seguradoras brasileiras.

Banco Triângulo Participações e Serviços Ltda (TPS) - Tem como objeto social, prestar serviços de correspondente bancário; prestar serviços de análise de crédito e cadastro e participar no capital e no lucro de outras sociedades, na condição de acionista ou quotista, como controladora ou minoritária.

Tripag Meios de Pagamento Ltda (Tripag) - Responsável pelo serviço de adquirência do Banco Triângulo e suas empresas controladas, através de captura de transações de meios de pagamento, garantindo a liquidação financeira das transações dos clientes dentro de seu arranjo de pagamentos. A empresa é responsável por todo o ciclo de vida dos produtos e do cliente, da oferta de credenciamento, domicílio bancário, conciliação financeira e contestações.

10.5 - Política Contábil das Participações Societárias

As participações societárias são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A escolha do método a ser utilizada está de acordo com a legislação pertinente, a saber:

▲ Método de equivalência patrimonial: O cálculo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial é realizado mensalmente com base no balanço patrimonial ou no balancete de verificação levantado na mesma data.

10.6 – Instituições Consolidadas no Conglomerado Prudencial



11. Anexos

Anexo 1 - Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (Parte 1/4)

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR		set/17		
Capital Pricipal instrumentos e reservas		Valor R\$ (mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado2
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	285.293		(a)
2	Reservas de lucros	20.738		(c)
3	Outras receitas e outras reservas	145.517		(b)
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	-		
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	451.548		
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-		
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-		
9	Ativos intangíveis	84.551	81.814	(d)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998.	-	-	
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-		
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-		
13	Ganhos resultantes de operações de securitização	-		
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo	-		
15	Ativos atuariais relacionados afundos de pensão de beneficiodefinido	-		
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética.	-		
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal	-		
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-		
19	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	12.497	12.497	

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (Parte 2/4)

20	Mortgage servicing rights	-		
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas.	-		
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-		
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca	-		
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-		
26	Ajustes regulatórios nacionais	-		
26a	Ativos permanentes diferidos	-		
26b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-		
26c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado	-		
26d	Aumento de capital social não autorizado	-		
26e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-		
26f	Depósito para suprir deficiência de capital	-		
26g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
26h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-		
26i	Destaque do PR	-		
26j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-		
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções.	-		
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	84.551		
29	Capital Principal	366.997		
	Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-		
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-		
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-		
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar	-		
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-		

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (Parte 3/4)

Capital Complementar: deduções regulatórias		-		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar	-		
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar.	-		
40	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado.	-		
41	Ajustes regulatórios nacionais	-		
41a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012	-		
41b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-		
41c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-		
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-		
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-		
44	Capital Complementar	-		
45	Nível I	366.997		
Nível II: instrumentos				
46	Instrumentos elegíveis ao Nível III	-		
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II	-		
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-		
51	Nível II antes das deduções regulatórias	-		
Nível II: deduções regulatórias				
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-		
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível III	-		
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-		
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado.	-		
56	Ajustes regulatórios nacionais	-		
56a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012.	-		
56b	Participação de não controladores no Nível II	-		
56c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-		

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR (Parte 4/4)

57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-		
58	Nível II	-		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	366.998		
60	Total de ativos ponderados pelo risco	2.684.353		
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal				
61	Índice de Capital Principal (ICP)	13,67%		
62	Índice de Nível I (IN1)	13,67%		
63	Índice de Basileia (IB)	13,67%		
64	Valor total de Capital Principal emandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,50%		
65	do qual: adicional paraconservação de capital	1,25%		
66	do qual: adicional contracíclico	-		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)	-		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	13,67%		
Mínimos Nacionais				
69	Índice de Capital Principal(ICP), se diferente doestabelecido em Basileia III			
70	Índice de Nível I (IN1), sediferente do estabelecido emBasileia III	6,00%		
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido emBasileia III	9,25%		
Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)				
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-		
74	Mortgage servicing rights			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	19.181		
Límites à inclusão de provisões no Nível II				
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada	-		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada	-		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-		
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)				
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite	-		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-		
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite	-		

Anexo 2 - Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)

#	Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)	Célula a ser preenchida1
1	Emissor	Não se aplica para o período
2	Identificador único (ex.: Cusip, Isin ou identificador Bloomberg para colocação privada)	Não se aplica para o período
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 4192/2013
	Tratamento Regulatório	
4	Tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	Não se aplica para o período
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	Não se aplica para o período
6	Elegibilidade para a instituição individual/conglomerado/conglomerado e instituição individual	Não se aplica para o período
7	Tipo de instrumento	Não se aplica para o período
8	Valor reconhecido no PR (em R\$ mil, na última database reportada)	Não se aplica para o período
9	Valor de face do instrumento (em R\$ mil)	Não se aplica para o período
10	Classificação contábil	Não se aplica para o período
11	Data original de emissão	Não se aplica para o período
12	Perpétuo ou com vencimento	Não se aplica para o período
13	Data original de vencimento	Não se aplica para o período
14	Opção de resgate ou recompra	Não se aplica para o período
15	(1) Data de resgate ou recompra	Não se aplica para o período
	(2) Datas de resgate ou recompra condicionadas	Não se aplica para o período
	(3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	Não se aplica para o período
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não se aplica para o período
	Remuneração/Dividendos	
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Mensal
18	Taxa de remuneração e índice referenciado	TILP
19	Existência de suspensão de pagamento de dividendos	Não se aplica para o período
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatário	Não se aplica para o período
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não se aplica para o período
22	Cumulativo ou não cumulativo	Ambas situações
23	Conversível ou não conversível em ações	Não se aplica para o período
24	Se conversível, em quais situações	Não se aplica para o período
25	Se conversível, totalmente ou parcialmente	Não se aplica para o período
26	Se conversível, taxa de conversão	Não se aplica para o período
27	Se conversível, conversão obrigatória ou opcional	Não se aplica para o período
28	Se conversível, especificar para qual tipo de instrumento	Não se aplica para o período
29	Se conversível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não se aplica para o período
30	Características para a extinção do instrumento	Não se aplica para o período
31	Se extingüível, em quais situações	Não se aplica para o período
32	Se extingüível, totalmente ou parcialmente	Não se aplica para o período
33	Se extingüível, permanentemente ou temporariamente	Não se aplica para o período
34	Se extinção temporária, descrição da situação em que o instrumento volte a ser considerado no PR	Não se aplica para o período
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especifica o tipo de instrumento de ordem imediatamente superior)	Não se aplica para o período
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata o art. 28 da Resolução nº 4.192, de 2013	Não se aplica para o período
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Não se aplica para o período